

Categorias cobram negociações e PJU quer antecipação de reajuste

Organizar a luta pela antecipação de parcela salarial prevista para 2025 e participar da mobilização das entidades articuladas no Fonasefe para cobrar compromisso governamental de negociação permanente.



Valcir Araújo

do TRT-2, Fabiano dos Santos (*no centro da foto ao lado*) ressalta que “a mobilização unitária vai ser decisiva para, como quando impedimos a aprovação da PEC 32/2020, da ‘reforma’ administrativa, conquistarmos vitórias”.

“A mesa permanente é um tremendo avanço após tanto tempo de canais fechados. Ainda mais, em tempos de teto de gastos e arcabouço fiscal, onde os cortes nos orçamentos geram todas as dificuldades já tantas vezes enfrentadas, que exigem mobilização”, diz a oficiala aposentada Lynira Sardinha (*foto acima*).



Aposentada do TRF-3, Ana Luiza de Figueiredo

Gomes (*ao lado*) destaca que “é importante que os servidores, do Judiciário e demais setores, organizemos forte mobilização pelas nossas reivindicações e contra o arcabouço fiscal de Lula. Caso contrário, o governo vai transformar a negociação em enrolação. Temos muitas perdas, salariais e do plano de saúde, e está faltando mobilização. Esse deve ser o objetivo central”.



Ato contra o arcabouço fiscal, em 24/5.

Sindicatos do funcionalismo cobram retomar a mesa de negociação permanente com o governo federal, iniciada em fevereiro. Quando este boletim foi concluído estava prevista a realização de reunião, acompanhada de ato, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para 11 de julho. Na pauta: a reposição das perdas salariais; reestruturação das carreiras — negociação que no Judiciário Federal se dá no Fórum do Conselho Nacional de Justiça —; concursos públicos e convocação de aprovados; e a revogação de medidas dos governos Bolsonaro e Temer que retiraram direitos.

A discussão acontece às vésperas do debate da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024 enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, e em meio à discussão sobre o chamado ‘novo arcabouço fiscal’.

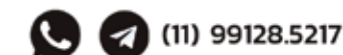


Marcos Trombeta (*foto*), oficial de justiça da JF e diretor do Sintrajud, ressalta que “tudo isso vai exigir avaliação, acompanhamento e principalmente uma forte mobilização por parte da categoria para que esse espaço surta efeitos concretos, e a gente consiga realmente avançar”.

Dirigente do Sindicato e da Fenajufe e servidor

Assine a petição para antecipar o reajuste

A federação nacional da categoria (Fenajufe) solicitou ao Supremo Tribunal Federal que a parcela de 6,13% do reajuste conquistado no ano passado, e prevista para 2025, seja paga em fevereiro de 2024. O Sintrajud soma esforços a essa reivindicação mobilizando a categoria por meio de uma petição *on-line* que pode ser assinada escaneando o QR Code ao lado.



ELEIÇÕES SINTRAJUD

Votação nos dias 7 e 8 de agosto

Sindicalizadas e sindicalizados até 7/6, em dia com as obrigações estatutárias, elegerão diretoria executiva e conselho fiscal que conduzirão lutas da categoria no próximo período.



No dia 1º de julho foi eleita a comissão eleitoral responsável por organizar, coordenar e fiscalizar o processo eleitoral do Sindicato. Foram eleitos os servidores Martha Raiher Pellegrino (presidente da comissão), Fausta Camilo Fernandes

e Adão Sérgio de Souza. O colegiado é integrado também por um representante de cada chapa concorrente.

As eleições acontecem nos dias 7 e 8 de agosto, de forma híbrida (alguns atos serão presenciais e a coleta de votos será eletrônica, como já aconteceu no pleito anterior), conforme o edital publicado no dia 1º/6 nas mídias do Sindicato e no jornal ‘Folha de S.Paulo’.

Para votar, a pessoa sindicalizada deverá acessar o *link* que estará disponível no *site* e entrar com seus dados. Em seguida aparecerão, anonimizados, os *e-mails* e telefones disponíveis no ca-

dastrado do Sindicato. Basta escolher uma das formas de contato para receber o *token* de votação, que chegará por *e-mail* ou SMS ou por WhatsApp, conforme sua escolha. Se o *token* não chegar na opção desejada o procedimento poderá ser refeito, mas o anterior será automaticamente invalidado quando for gerado um novo.

Caso nenhum dos contatos esteja atualizado, a pessoa pode ainda escolher a quarta opção - “Não tenho acesso a nenhuma das opções”. Então, automaticamente será direcionada a uma sala de votação Web do sistema PANAGORA para validação dos mesários que irão encaminhá-la à votação. Será obrigatória a ativação da câmera e do microfone, e o votante deverá estar com documentos em mãos para apresentar aos mesários.

O Sintrajud foi um dos primeiros sindicatos do país a realizar processo eleitoral digital, em meio à pandemia de Covid-19, com o suporte de empresas consolidadas no mercado que prestam serviços a diversas organizações, inclusive à Fenajufe.

Confira todas as informações sobre as eleições em sintrajud.org.br.

ARCABOUÇO FISCAL

‘Novo teto’ ataca o funcionalismo

Regras fiscais estão em debate no Congresso Nacional.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023 - ‘novo arcabouço fiscal’ em debate no parlamento em substituição ao ‘teto de gastos’ (Emenda Constitucional 95) - prevê regras que especialistas consideram piores do que as que estão em vigor desde 2017.

Pela EC-95, os serviços públicos podem receber investimento igual ao do ano anterior corrigido pela inflação (IPCA). O ‘novo arcabouço’ estabelece a possibilidade de mais 0,6% a 2,5% da despesa do ano anterior, mas condiciona esse *plus* ao

superávit primário (economia para pagamento da dívida pública) e aumento da receita. Se não houver crescimento, o funcionalismo e a população pagam a conta. Poderão ser suspensos concursos públicos, progressões e reestruturações de carreiras, reajustes ou reposição de perdas.

Hoje o Brasil tem um déficit de aproximadamente 34% dos quadros do serviço público federal (uma a cada três vagas está desocupada), gerando sobrecarga, adoecimento e assédio moral, além de prejuízo ao atendimento à população.



ASSÉDIO, NÃO!

Campanha para responsabilizar juiz Paulo Arena repercute nacionalmente

Magistrado auxiliar da Presidência do TRF-3 pediu disponibilidade de servidor com deficiência alegando incompatibilidade com produtividade.



Gero Rodrigues

Atuação nacional

No último dia 28 de junho o Sindicato participou do I Encontro de Comissões ou Subcomitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), representado pela diretora Anna Karenina. As denúncias foram levadas ao evento, que também foi um

Valcir Araújo

Ato no JEF/Ribeirão, em 23/6.

A campanha do Sintrajud pela responsabilização do juiz Paulo Arena Filho (presidente do Juizado Especial Federal em Ribeirão Preto e auxiliar da desembargadora Marisa Santos) vem recebendo apoio de organizações e parlamentares em nível nacional e repercutindo na mídia. O protesto realizado pelo Sindicato no JEF também repercutiu em mídias como a 'Folha de S.Paulo'.

A Federação Nacional da categoria (Fenajufe), diversos sindicatos estaduais de trabalhadores do Poder Judiciário da União e o Sindicato Nacional dos docentes universitários (Andes) foram algumas das instituições que repercutiram a denúncia. As deputadas federais Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e o deputado federal

Glauber Braga (PSOL/RJ), e as deputadas estaduais Mônica Seixas (PSOL) e Andréa Werner (PSB) também

se posicionaram pela apuração da conduta capacitista do juiz.

O pedido de providências do Sindicato gerou uma investigação preliminar que está sendo realizada em sigilo de justiça.

O Sintrajud foi ainda ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que haja apuração da postura do juiz. A busca ao Conselho foi motivada pelo silêncio da gestão Marisa Santos diante das denúncias e manutenção do juiz na equipe de auxiliares da Presidência do TRF-3.

espaço de troca de experiências que serão úteis para a atuação sindical na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

O Sintrajud também vem buscando experiências de unidades do Judiciário que funcionam sem assédio moral, como no caso da vara da Justiça Federal em Registro - desvalorizada pela administração da 3ª Região, mas que tem um papel fundamental na vida da população do Vale do Ribeira e funcionários respeitados.



Encontro do CNJ.

LUTA POR DIREITOS

Reduzir impacto dos reajustes dos planos de saúde é urgência na JT e JF

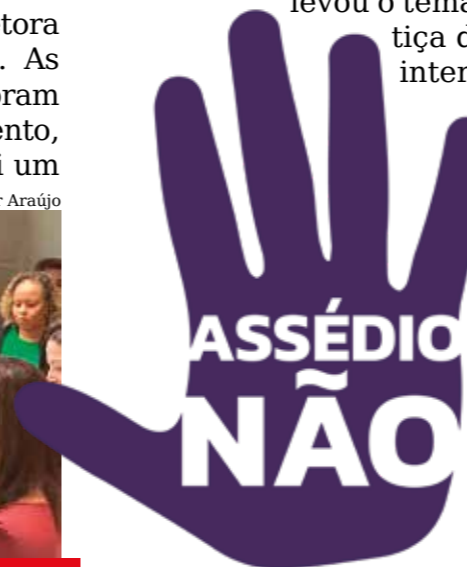
Sindicato busca ampliação orçamentária e da participação dos tribunais no financiamento dos planos.

Enquanto mobiliza contra o assédio moral e pela antecipação da parcela do reajuste salarial prevista para 2025, o Sintrajud busca também a ampliação da dotação orçamentária para investimento no financiamento da assistência médica e odontológica, a fim de enfrentar a alta exorbitante dos planos de saúde na Justiça Federal na capital e região metropolitana e no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Na última terça-feira, 4 de julho, a direção do Sindicato esteve reunida com a presidente do TRT-2, desembargadora Beatriz de Lima Pereira, e debateu o assunto. O Sindicato também levou o tema ao Conselho Nacional da Justiça do Trabalho e ao CNJ, além de intervir na audiência de elaboração da proposta orçamentária da Justiça Federal da 3ª Região, evitando a coparticipação e um reajuste ain-

da maior dos planos. A entidade acompanhará a licitação para renovação dos planos oferecidos aos servidores da JF no interior do estado, a fim de assegurar a manutenção do atendimento e do subsídio integral pelo Tribunal.

PLANO DE SAÚDE



No TRE, servidores cobram respeito

Mobilizações contra o assédio moral, por nomeações de novos servidores e permanência de requisitados foram vitoriosas.

Na Justiça Eleitoral, após as vitórias da conquista das 225 nomeações de novos servidores e prorrogações das requisições de colegas oriundos de órgãos estaduais e municipais que atuam em cartórios até 2025, segue a luta para a contratação de um plano de saúde que garanta o cumprimento da responsabilidade do TRE com a assistência médica e odontológica para seus trabalhadores. Também se mantém na pauta a mobilização contra o assédio moral, que teve importantes vitórias no arquivamento do processo administrativo contra a dirigente Raquel Morel.

Às vésperas da preparação de mais uma eleição, os trabalhadores também cobram respeito, pagamento integral das horas extras trabalhadas, diálogo no processo de reorganização administrativa, e manifestam

posição contrária à extinção de zonas eleitorais e postos de atendimento à população.

Jesus Carlos



Ato no TRE.